



**PARECER**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 069/2025**  
**MENSAGEM DE LEI Nº 013/2025**

De autoria do Poder Legislativo Municipal, o projeto em epígrafe "*Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação anual do calendário de pagamento dos servidores públicos pelo Poder Executivo e Legislativo do Município de Buritis e dá outras providências*"

**I - RELATÓRIO**

O Poder Legislativo Municipal propõe o Projeto de Lei que, visa garantir maior previsibilidade e segurança financeira aos servidores públicos Municipais.

**II – ANÁLISE**

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão Constituição e Justiça**, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

**III – VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 069/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua **aprovação**.

**IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO**

A **Comissão de Constituição e Justiça** em Reunião realizada no dia **31 de março de 2025**, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Nº 069/2025**.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

Juliana Cibelly dos Santos  
**Vereadora Presidente**

Lucas Luiz de Cristo Teixeira  
**Vereador Relator**

Dhionatas de Tassos Fagner  
**Vereador Membro**



**PARECER**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO**  
**PROJETO DE LEI Nº 069/2025**  
**MENSAGEM DE LEI Nº 013/2025**

De autoria do Poder Legislativo Municipal, o projeto em epígrafe *"Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação anual do calendário de pagamento dos servidores públicos pelo Poder Executivo e Legislativo do Município de Buritis e dá outras providências"*

**I - RELATÓRIO**

O Poder Legislativo Municipal propõe o Projeto de Lei que, visa garantir maior previsibilidade e segurança financeira aos servidores públicos Municipais.

**II – ANÁLISE**

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização**, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

**III – VOTO DO RELATOR**


Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 069/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.


**IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO**

A **Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização** em Reunião realizada no dia **31 de março de 2025**, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Nº 069/2025.

  
Gilberto Aparício  
Vereador Presidente

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

  
Ueder Rodrigues Ferreira  
Vereador Relator ad.hoc

  
José Lopes da Silva Neto  
Vereador Membro